

A ineficiência do Estado brasileiro

Os cientistas políticos ao afirmarem que o Estado tem dentre seus elementos uma finalidade, quase sempre respondem que ela é o bem comum. Para alcançá-lo, uma sociedade capitalista inevitavelmente precisa do desenvolvimento.

Iniciei a leitura de um livro que trata da história da riqueza e nele, Willian Berstein relata ser necessário para o alcance do desenvolvimento, dentre outros três fatores, meios de transporte eficientes e modernos.

O sistema de transporte de pessoas e bens é demasiadamente importante para qualquer nação. Em nosso caso específico, o transporte maciçamente rodoviário, atrasa o desenvolvimento.

Mesmo tendo seu território cortado por rios navegáveis, o transporte hidroviário brasileiro é subutilizado, dos 8 milhões de quilômetros de rios que temos apenas 2,7% de todo o transporte nacional é feito neles. O fato de muitos rios não serem navegáveis poderia ser vencido por obras de engenharia como eclusas e desvios que numa relação de custo benefício com as rodovias seria mais econômico.

Já as ferrovias no Brasil que já contaram com mais de 25 mil quilômetros, hoje estão sucateadas. Esse meio de transporte é dos mais eficientes e sustentáveis, contudo, por questões de interesses econômicos no Brasil, ficou relegado.

O transporte aéreo, mesmo que seja pouco sustentável, é o mais seguro rápido e eficiente no transporte de pessoas. Não ceifa vidas que custam milhões à Previdência Social com pagamento de pensões e benefícios. Mas aeroportos regionais ainda são um sonho e mesmo os das capitais até pouco tempo sequer contavam com a tecnologia ILS que auxilia o piloto durante o pouso e decolagem quando a visibilidade não é boa. Isso atesta nossa ineficiência.

Enquanto isso, abusamos da utilização do transporte rodoviário que, além de não ser o mais eficiente e ter um alto custo de manutenção, retira vidas gerando custos previdenciários pagos por toda a sociedade. Estima-se que perto de 500 mil pessoas recebam benefício por invalidez permanente no Brasil só de acidentes de trânsito e aí não estão computados os inválidos temporários e os pensionistas que possivelmente dobrem esse número. Na hipótese de que todos gerem um benefício previdenciário de R\$ 1.000,00 em média, o rombo na previdência proveniente das rodovias seria de 1 bilhão.

Com esse valor poderíamos construir 217 mil m2 de ferrovias ao ano.

Não terminei de ler o livro ainda, mas sou obrigado a me questionar: é para essa ineficiência toda que pagamos 37% do PIB em tributos?